

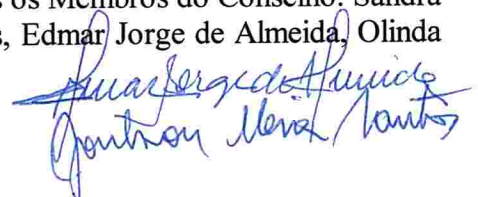
## ATA DA 6ª REUNIÃO DE TRABALHO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2000, às duas horas e trinta minutos, na Escola Superior do Ministério Público da União, sob a presidência da Diretora-Geral, Dra. Sandra Cureau, reuniu-se o Conselho Administrativo: MPF - Doutor Luis Alberto D'Azevedo Aurvalle, Membro Suplente, tendo em vista a titular não poder estar presente; MPT - Doutor Jonhson Meira Santos; MPDFT - Doutora Olinda Elizabeth Cestari Gonçalves; MPM - Doutor Edmar Jorge de Almeida; MPT e Dra. Adriane Reis de Araújo-Coordenadora de Ensino do MPT, Nesta ocasião, foi designada a Secretária de Cursos da Escola, Denise Guerreiro Antunes Gomes Pereira, para secretariar os trabalhos.

**Deliberações do Conselho:** 1. A Diretora apresentou proposta de Curso de Formação em Direito Ambiental em Limoges-França/2001. O Conselho decidiu solicitar mais informações sobre o preço da estada, o período aproximado do curso e os reflexos no custo total em decorrência do aumento ou diminuição do número de participantes. 2. Passou-se então à apresentação e análise dos planos de atividades para o ano 2001. A Coordenadora de Ensino MPT, Dra. Adriane, propôs curso de formação de novos Procuradores do Trabalho, a iniciar-se na segunda quinzena de fevereiro ou na primeira de março. O Conselho decidiu recomendar que o curso tenha a duração de duas semanas. O Projeto será apresentado pela Coordenadora de Ensino do MPT, que também encaminhará o material didático para composição das apostilas pela Escola. Os CD-Rom contendo legislação serão gravados pelo MPT. A relação dos professores, para aprovação pelo Conselho, será igualmente encaminhada pela Coordenadora de Ensino até a data da primeira reunião. 3. Apresentados, excepcionalmente, tendo em vista o início para fevereiro: a) proposta pelo MPT - 2ª e 15ª Regiões de curso de oratória. O Conselho decidiu converter em diligência para que os Núcleos correspondentes apresentem planilhas de curso pormenorizadas. b) curso de Direito Constitucional aplicável à realidade das Procuradorias da República (RO) e PRT-14ª Região (RO). O Conselho decidiu aprovar o custo global de R\$ 2.400,00. c) Proposta do MPF de realização de Curso de Educação Inclusiva Conscientização nas Escolas Particulares. O Conselho decidiu converter em diligência para que sejam informados pelos Núcleos os custos pormenorizados, uma vez que há previsão de realização mensal ao longo do ano, ficando a Diretora autorizada a aprovar a sua realização, se for o caso, *ad referendum*, do Conselho. 4. Em relação a todos os projetos apresentados pelos ramos do MPU o Conselho decidiu seja solicitado aos Núcleos, através dos Coordenadores de Ensino, que estabeleçam uma ordem de preferência, quanto aos eventos, para a hipótese de impossibilidade de atendimento de todos os pedidos. 5. Aprovado o pagamento de mais três vagas para o curso Unirede de Ensino à distância, para os Coordenadores de Ensino do MPT, MPF e MPDFT. Registrada a saída da Coordenadora de Ensino do MPT, presente para apresentar planos do MPT. 6. Em relação às solicitações para participação em eventos da Escola o Conselho decidiu que a decisão foge ao seu âmbito de decisões. 6. O Conselheiro Jonhson trouxe à discussão o projeto de regimento da Corregedoria do MPF, apresentado pela Doutora Gilda Carvalho, Subprocuradora-Geral da República, Membro do Conselho Superior do MPF. O Conselho acolhendo o voto do Relator decidiu sugerir a inclusão, no art. 2º do projeto, de um inciso dispendo sobre o acompanhamento e apoio da Escola no estágio probatório. 7. A Conselheira Olinda trouxe à discussão proposta do Dr. Moacir Guimarães, Subprocurador-Geral da República, de portaria criando critérios de seleção para cursos de pós-graduação. A Conselheira requereu resoluções dos Conselhos Superiores dos Ramos do MPU, relativamente aos critérios de seleção e afastamento, visando um estudo mais aprofundado do assunto. Retirado de Pauta. 8. O Conselheiro Aurvalle registrou o interesse dos Membros no sentido de que futuramente a Escola propicie curso de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*. O Conselho aprovou estudos neste sentido, designando o Conselheiro Jonhson como relator. Designada nova reunião para o dia 06.02.01, às 9:00 horas. Nada mais havendo a ser deliberado, foi encerrada a reunião, às dezoito horas, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta Secretária, e todos os Membros do Conselho. Sandra Cureau, Luis Alberto D'Azevedo Aurvalle, Jonhson Meira Santos, Edmar Jorge de Almeida, Olinda Elizabeth C. Gonçalves.

  
Luis Alberto D'Azevedo Aurvalle

  
Olinda Elizabeth C. Gonçalves

  
Jonhson Meira Santos